



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO**

Processo nº 35014.259200/2020-54

Interessado: Banco BMG S/A, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, SEBASTINA PEREIRA

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
  - 3.1. Folhas: 08
  - 3.2. Volumes: 1
  - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
  - 4.1. Volume de Processo: 1
  - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
  - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 21:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1842351** e o código CRC **32DCE222**.

---

Referência: Processo nº 35014.259200/2020-54

SEI nº 1842351

**TJDFT**

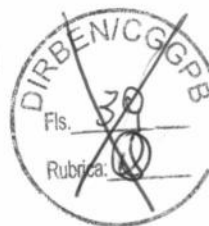
Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS



INSS / PRESIDÊNCIA  
COMANDO Nº  
479.155.455

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES  
**Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal**

SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204  
(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF



**Ofício nº. 35/2019**

Brasília, 28 de janeiro de 2019.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)  
**Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul  
Brasília - DF

Assunto: **Envio de Acórdão para ciência**

Número do processo: **0710583-83.2018.8.07.0007**  
Classe judicial: **RECURSO INOMINADO (460)**  
RECORRENTE: **BANCO BMG SA**  
RECORRIDO: **SEBASTIANA PEREIRA MACIEL**

Senhor(a) Juiz(a),

Comunico a Vossa Senhoria que foi proferida decisão (em anexo) nos autos do(a) RECURSO INOMINADO (460) nº. **0710583-83.2018.8.07.0007**, em curso na Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, para fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Segue em anexo, o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado.

Atenciosamente,

**EMILIA CARMEM DE OLIVEIRA**  
Diretora de Secretaria Substituta



Número do documento: 19012815225894300000006857551

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19012815225894300000006857551>

Assinado eletronicamente por: EMILIA CARMEM DE OLIVEIRA - 28/01/2019 15:22:59

Num. 7007825 - Pág. 1

Processo 0710583-83.2018.8.07.0007 (1842313)

SEI 35014.259200/2020-54 / pg. 3



28/01/2019



Número: **0710583-83.2018.8.07.0007**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **30/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 19.686,92**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Assuntos: **Cobrança indevida de ligações**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                | Advogados  |
|---------------------------------------|--|
| BANCO BMG SA (RECORRENTE)             |  |
|                                       | ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE (ADVOGADO)<br>BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO (ADVOGADO) |
| SEBASTIANA PEREIRA MACIEL (RECORRIDO) |  |
|                                       | AUGUSTO SOARES HONORATO ABREU (ADVOGADO)<br>ROSANA ARAUJO DE CARVALHO (ADVOGADO)                     |

| Documentos |                     |           |          |
|------------|---------------------|-----------|----------|
| Id.        | Data da Assinatura  | Documento | Tipo     |
| 7004315    | 28/01/2019<br>13:52 | Certidão  | Certidão |



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES

Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal



Número do processo: 0710583-83.2018.8.07.0007

Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)

Assunto: [Cobrança indevida de ligações]

RECORRENTE: BANCO BMG SA

RECORRIDO: SEBASTIANA PEREIRA MACIEL

### CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de **28 de janeiro de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2019.



Número do documento: 19012813525730000000006854127

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19012813525730000000006854127>

Assinado eletronicamente por: EMILIA CARMEM DE OLIVEIRA - 28/01/2019 13:52:57

Num. 7004315 - Pág. 1

Processo 0710583-83.2018.8.07.0007 (1842313)

SEI 35014.259200/2020-54 / pg. 7



28/01/2019



Número: **0710583-83.2018.8.07.0007**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **30/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 19.686,92**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Assuntos: **Cobrança indevida de ligações**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                       | Advogados  |
|--|--|
| <b>BANCO BMG SA (RECORRENTE)</b>             |  |
|  | <b>ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE (ADVOGADO)</b><br><b>BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO (ADVOGADO)</b> |
| <b>SEBASTIANA PEREIRA MACIEL (RECORRIDO)</b> |  |
|  | <b>AUGUSTO SOARES HONORATO ABREU (ADVOGADO)</b><br><b>ROSANA ARAUJO DE CARVALHO (ADVOGADO)</b>                     |

| Documentos |                     |                |         |
|------------|---------------------|----------------|---------|
| Id.        | Data da Assinatura  | Documento      | Tipo    |
| 6488609    | 03/12/2018<br>15:19 | <u>Acórdão</u> | Acórdão |

**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS



**Órgão** Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

**Processo N.** RECURSO INOMINADO 0710583-83.2018.8.07.0007

**RECORRENTE(S)** BANCO BMG SA

**RECORRIDO(S)** SEBASTIANA PEREIRA MACIEL

**Relator** Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

**Acórdão N°** 1140552

## EMENTA

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NÃO CONTRATADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL EM FOLHA DE PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL. VEROSSIMILHANÇA NAS ALEGAÇÕES DA CONSUMIDORA. RESTITUIÇÃO DEVIDA NA FORMA DOBRADA. COMPENSAÇÃO COM O VALOR DEPOSITADO NA CONTA DA AUTORA. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES N° 28/2008. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

1. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.
2. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que é revestida de verossimilhança as alegações autorais de que jamais realizou com a ré contrato de empréstimo na modalidade cartão de crédito consignado.
3. Com efeito, não há razoabilidade em acreditar que a consumidora recebeu um empréstimo de valor considerável em 12/04/2018 (ID 6012152, p. 2), para menos de um mês depois (10/05/2018) pagar a integralidade do saldo devedor, que era constituído por um valor bem maior ao que teria sido disponibilizado em razão dos vários encargos decorrentes da utilização de capital de outrem (ID 6012152, p. 3/5).
4. Outro fato que corrobora a alegação da autora é que o banco réu não juntou aos autos qualquer instrumento contratual que comprovasse a existência de relação jurídica entre as partes. Assim, conforme ressaltou o magistrado sentenciante, não havia qualquer justificativa para a cobrança de dívida, quitada pela autora, referente ao contrato inexistente, atraindo, portanto, a dobra legal (art. 42, parágrafo único, CDC).



Número do documento: 18120315194851400000006351698

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18120315194851400000006351698>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 03/12/2018 15:19:48

Processo 0710583-83.2018.8.07.0007 (1842313)

SEI 35014.259200/2020-54 / pg. 11

Num. 6488609 - Pág. 1

5. Ressalte-se, todavia, que restou comprovado nos autos que o valor de R\$ 4.511,55 foi depositado pelo réu na conta bancária da autora (ID 6012160), não tendo esta impugnado tal valor, que deve ser compensado do valor a ser pago pelo banco réu.

6. No que tange aos danos morais, o caso vertente diferencia-se dos demais postos sobre o tema. Aqui, a autora teve descontado um valor em seu benefício previdenciário e teve que, repentinamente, procurar quitar empréstimo não contratado, sem que tivesse concorrido para tais acontecimentos. Assim, levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto, a conduta do banco réu foi apta a gerar danos ao consumidor que ultrapassaram aos meros aborrecimentos das relações cotidianas.

7. O *quantum* indenizatório arbitrado pelo magistrado sentenciante além de atender aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, confere o caráter pedagógico necessário para coibir a reincidência do réu em casos semelhantes.

8. Recurso **CONHECIDO** e **NÃO PROVIDO**. Sentença mantida. Custas recolhidas. Condene o recorrente vencido em honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008. A súmula de julgamento servirá de acórdão, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.

## ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: **CONHECIDO. RECURSO NAO PROVIDO. UNANIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 28 de Novembro de 2018

**Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS**  
Relator

## RELATÓRIO

Dispensado nos termos do artigo 46 da Lei 9.099/95.

## VOTOS

O Senhor Juiz **JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator**





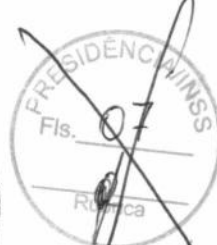
Dispensado nos termos do artigo 46 da Lei 9.099/95.

**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal**  
Com o relator

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal**  
Com o relator

## DECISÃO

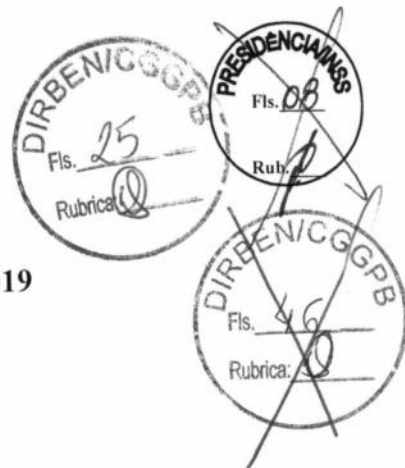
CONHECIDO. RECURSO NAO PROVIDO. UNANIME





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 31/01/2019

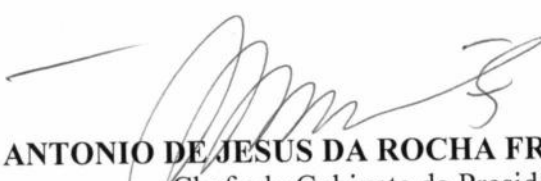


**Ref.:** Ofício nº 35/2019 (SIPPS nº 479.155.455)

**Int.:** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

**Ass.:** Processo nº 0710583-83.2018.8.07.0007

1. Ciente.
2. Encaminhar à Diretoria de Benefícios, de ordem do Senhor Presidente, para atendimento.
3. Restituir a este Gabinete com a informação de cumprimento, até o próximo dia 14/02.

  
**ANTONIO DE JESUS DA ROCHA FREITAS JUNIOR**  
Chefe de Gabinete da Presidência



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.**

**Ref.:** Processo nº 35014.259200/2020-54.

**Int.:** BANCO BMG S.A.

**A s s .:** Apuração de irregularidades -  
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

*assinado eletronicamente*

**MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS**

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **5469174** e o código CRC **34E5CE71**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.259200/2020-54

SEI nº 5469174